

- 1- [RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR](#)
 - 2- [LEI](#)
 - 3- [ATA](#)
 - 3.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 4- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 5- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 5.1- [Comissões](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 7- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 8- [ERRATAS](#)
-
-

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

**RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR***

Agostinho Patrús (PTB)
Aílton Paranaíba Vilela
Ajalmar José da Silva (PTB)
Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)
Aldimar Rodrigues - **Dimas Rodrigues** (PP)
Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)
Almir Cristóvão Cardoso (PT)
Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)
Anderson Aduino Pereira (PMDB)
Anivaldo Antônio dos Santos (PT)
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)
Antônio Felipe Zeitune - **Toninho Zeitune** (PMDB)
Antônio Genaro Oliveira (PP)
Antônio Júlio de Faria (PMDB)
Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)
Arnaldo Francisco Penna (PSDB)
Carlos Moura Murta (PP)
Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PL)
Cléuber Brandão Carneiro (PFL)
Dílzon Luiz de Melo (PTB)
Dinis Antônio Pinheiro (PSD)
Djalma Florêncio Diniz (PFL)
Durval Ângelo Andrade (PT)
Elbe Figueiredo Brandão (PDT)
Elmo Braz Soares (PP)
Ermano Batista Filho (PL)
Francisco Ramalho da Silva Filho (PSDB)
Geraldo Gomes Rezende (PMDB)
Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)
Geraldo Paulino Santanna (PMDB)
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes-**Gil Pereira** (PP)
Gilmar Alves Machado (PT)
Glycon Terra Pinto (PP)
Hely Tarquínio

Ibrahim Jacob (PDT)
Irani Vieira Barbosa (PSD)
Ivair Nogueira do Pinho (PDT)
Ivo José da Silva (PT)

Jairo Ataíde Vieira (PFL)
João Batista de Oliveira (PSB)

João Leite da Silva Neto (PSDB)
Jorge Eduardo Vieira de **Oliveira** (PMDB)
Jorge Hannas (PFL)
José **Arnaldo Canarinho** (PSDB)
José **Bonifácio Mourão** (PMDB)
José Bonifácio Tamm de Andrada (PTB)
José Castro **Braga** (PDT)
José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)
José Maria André de **Barros** (PSDB)
José **Miguel Martini** (PSDB)
Kemil Said Kumaira (PMDB)
Leonídio Henrique Corrêa **Bouças** (PFL)
Luiz Antônio Zanto Campos Borges (PP)
Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira (PTB)
Marcelo Jerônimo **Gonçalves** (PDT)
Marco Régis de Almeida Lima (PPS)
Marcos Helênio Leoni Pena (PT)
Maria José Haueisen Freire (PT)
Maria Olívia de Castro e Oliveira (PTB)
Mauri José **Torres** Duarte (PMDB)
Miguel Arcanjo da Costa **Barbosa** (PTB)
Olavo **Bilac Pinto** Neto (PFL)
Olinto Dias **Godinho** (PL)
Paulo César de Carvalho **Pettersen** (PP)
Paulo Piau Nogueira (PFL)
Paulo Sérgio Miranda **Schettino** (PTB)
Péricles Ferreira dos Anjos (PSDB)
Raul Lima Neto (PMN)
Rêmolo Reminho **Aloise** (PMDB)
Romeu Ferreira de **Queiroz** (PTB)
Ronaldo Vasconcellos Novais (PL)
Sebastião Costa da Silva (PFL)
Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PP)
Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)
Simão Pedro Toledo (PTB)
Wanderley Geraldo de **Ávila** (PSDB)
Wilson de Oliveira **Trópia** (PV)

Observação: nome parlamentar em negrito.

* - Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

LEI

LEI Nº 11.817, DE 6 DE MARÇO DE 1995

Torna obrigatória a emissão de nota fiscal de entrada de mercadoria nas operações de compra efetivadas por desmontes - ferros-velhos e sucatas.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam os desmontes - ferros-velhos e sucatas - obrigados a emitir nota fiscal de entrada de mercadoria a cada operação de compra.

Parágrafo único - A nota fiscal de entrada de mercadoria deverá conter os seguintes dados:

- a) razão social da empresa, se pessoa jurídica, ou nome, se pessoa física;
- b) inscrição estadual, se pessoa jurídica, ou número do CIC, se pessoa física;
- c) CGC, se pessoa jurídica, ou número do registro geral da carteira de identidade, se pessoa física;
- d) endereço;
- e) descrição detalhada do material comprado e respectiva quantidade;
- f) valor total e valores parciais pagos pela mercadoria.

Art. 2º - O desmonte é o responsável pela correta identificação do vendedor das mercadorias.

Art. 3º - A nota fiscal de entrada de mercadoria somente terá validade com a assinatura do vendedor.

Art. 4º - Deverá ser entregue pelo menos uma via da nota fiscal de entrada de mercadoria ao vendedor.

Parágrafo único - Quando a venda for efetuada por pessoa jurídica, a nota terá que ser contabilizada.

Art. 5º - Quando se tratar de mercadoria sujeita a controle específico, como veículos, o desmonte fornecerá, além da via da nota fiscal de que trata o artigo anterior, uma outra via, que trará o registro anexado pelo vendedor e que deverá ser enviada ao DETRAN no prazo máximo de 30 (trinta) dias para a efetiva baixa de cadastro.

Parágrafo único - O vendedor que não enviar ao órgão competente, no prazo estipulado, a nota fiscal de entrada de mercadoria, com o devido registro, será responsabilizado civil e criminalmente e ficará sujeito a multa a ser estipulada pelo Poder Executivo.

Art. 6º - A não-emissão da nota fiscal de entrada de mercadoria pelo desmonte acarretará a este as penas previstas para receptor de mercadorias roubadas.

Art. 7º - Os desmontes deverão manter livro próprio para registro das operações que envolvam peças automobilísticas, nele indicando:

- I - número do chassi do veículo negociado;
- II - nome e identificação do proprietário;
- III - especificação das peças envolvidas;
- IV - data e valor da negociação.

§ 1º - O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo implicará multa de 300 (trezentas) UPFMGs (Unidades Padrão Fiscal do Estado de Minas Gerais) e interdição do estabelecimento pelo prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2º - Em caso de reincidência, serão computados em dobro o valor e o prazo das sanções previstas no parágrafo anterior.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 6 de março de 1995.

Deputado Agostinho Patrús, Presidente - Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Secretário - Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária.

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 3 DE MARÇO DE 1995

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Anivaldo Antônio - Carlos Murta - Clêuber Carneiro - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Miguel Martíni - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Raul Lima Neto - Sebastião Costa - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 6, às 20 horas.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 7/3/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.464, que institui o Dia Estadual do Guarda de Trânsito. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.465, que altera a Lei nº 552, de 22/12/49, que instituiu o Fundo Especial de Auxílio. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/3/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: programar os trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/3/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 28/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto; 22 e 24/95, do Deputado Marcelo Cecé; 10, 16 e 19/95, do Deputado Paulo Schettino.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/3/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: estabelecer o dia e o horário das reuniões da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/3/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente e programar os trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 7/3/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: programar os trabalhos da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS
11 HORAS DO DIA 8/3/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 12/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 9/95, do Deputado Kemil Kumaira; 4/95, do Deputado Marcelo Cecé.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A
REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 9/3/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: empossar o Vice-Presidente da Comissão, programar os trabalhos e apreciar a matéria constante na ordem do dia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 5 e 15/95, do Deputado Carlos Pimenta.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dílzon Melo, Dimas Rodrigues, Sebastião Costa, José Maria Barros, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão supracitada, para a 1ª reunião ordinária, a ser realizada no dia 7/3/95, às 10h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de se estabelecerem o dia e o horário das reuniões da Comissão e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 1995.

José Henrique, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei n.º 12.511, Que Cria e Transforma Cargos no Quadro de Pessoal da Educação e Dá Outras Providências

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Genaro, João Leite e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 7, às 14h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 3 de março de 1995.

Simão Pedro Toledo, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei n.º 12.614, Que Estima as Receitas e Fixa as Despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o Exercício de 1995

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Marcelo Cecé, Clêuber Carneiro e Miguel Martini, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 7/3/95, às 14h45min, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 3 de março de 1995.

Antônio Roberto, Presidente "ad hoc".

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 21/2/95

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, gostaria de apresentar um requerimento e fazer um pequeno comentário.

Quero iniciar pelo comentário, que culminou com o requerimento, solicitando a esta Casa que comunique ao Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que o Brasil está debaixo d'água. Hoje, não se consegue ouvir um noticiário que não fale em desabamentos, cidades alagadas, população em pânico ou calamidade pública. E o nosso Presidente da República viajando para a Bahia para dar aula para o Antônio Carlos Magalhães.

Gostaria de solicitar a esta Casa que oficiasse ao Sr. Presidente da República que o Brasil necessita da presença de seu comandante maior. O Sr. Presidente da República não foi capaz sequer de se manifestar a favor do povo flagelado. No meu entender, isso foi uma omissão. Daí, a razão do meu requerimento.

Que o Sr. Antônio Carlos Magalhães precisa de aula, nós sabemos; mas que seja logo do Sr. Presidente da República, no horário de trabalho, é uma indignidade cometida para com o povo brasileiro!

Trago um outro requerimento, solicitando o comparecimento do Sr. Secretário Israel Pinheiro nesta Casa, para prestar esclarecimentos sobre a duplicação da Rodovia 381. Como a maior obra rodoviária do Estado de Minas Gerais, ela está merecendo uma explicação mais clara. Como todos sabemos, as explicações do Governo e dos representantes das empresas sobre esta obra são desencontradas. Compareceu em Minas Gerais o Ministro Goldman e, apenas com uma entrevista, a obra desceu de preço em 50%. Por isso, gostaria da presença do Sr. Secretário para nos prestar esclarecimentos sobre a obra, já que dela depende grande parte da população de Minas Gerais e São Paulo, e do desenvolvimento da região.

Também trago um projeto de lei a esta Casa, exigindo a cobrança do serviço de saúde prestado pela rede pública estadual aos segurados de planos privados de saúde. Hoje é comum uma pessoa que paga um plano particular de saúde usar a rede pública, e este plano privado não repõe aos cofres públicos este gasto. Se o plano de saúde cobre as despesas em hospitais particulares, por que não pode cobrir as despesas dos hospitais públicos?

Quero dar um exemplo dos pronto-socorros da rede estadual. Uma pessoa, quando sofre um acidente, é levada para esses hospitais. Esse atendimento de urgência é feito e, na maioria das vezes, é a parte mais cara do tratamento. Só depois é que o cidadão é transferido para o hospital conveniado com o seu seguro-saúde. Portanto, a conta maior fica para a sociedade. Com esse projeto, estamos propondo a inversão do processo. Hoje, o processo tira recursos da rede pública, portanto, dos mais necessitados, para engordar os planos de saúde.

Temos em Minas Gerais milhares de associados a esses planos. Na justificativa expomos que, de acordo com o nosso projeto, o cidadão jamais deixará de ser atendido. Todas as pessoas continuarão sendo atendidas, sem distinção, e os cofres públicos somente serão reembolsados, quando o beneficiário possuir algum plano de saúde. Por que a Golden Cross, a Unimed, a Good Life não podem pagar a conta de seus associados, nessas condições? O que estamos propondo nesse projeto é a inversão: tirar recursos dos poderosos, para atender as necessidades básicas da saúde pública. Quanto mais atraente fica a rede pública de saúde, melhor ela vai se tornar para o usuário do plano privado de saúde. Essa é uma questão séria, uma vez que estamos enriquecendo planos privados de saúde, indevidamente.

O que propõe o projeto é que o Governo de Minas Gerais mande a conta para a Golden Cross, a Unimed, ou a Good Life, ou para qualquer outro plano, quando um associado dessas seguradoras fizer uso da rede pública de hospitais. Esperamos, dessa forma, democratizar a ação da saúde, para que o serviço público seja realmente de qualidade. Do jeito que está, estão tirando do pobre e dando ao rico. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente, Dr. Agostinho Patrús, demais componentes da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, queremos que esta primeira participação nossa, como Deputado Estadual, aqui no Plenário, possa se caracterizar por um trabalho pelo qual procuraremos, ao lado dos companheiros do PL, Ronaldo Vasconcellos, Ermano Batista e Olinto Godinho, trazer luzes para que possamos realmente ajudar o povo do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho em mãos um documento elaborado pela Associação dos Municípios da Área da SUDENE - AMAMS - que teve a participação efetiva da comunidade norte-mineira. Através de longas reuniões, com a participação de Vereadores e Prefeitos, chegamos a um documento único, em que estamos mostrando as

prioridades do Norte de Minas. Passaremos esse documento às mãos da Presidência e, posteriormente, o encaminharemos aos colegas Deputados para que possam tomar consciência do que acontece naquela região de Minas Gerais.

A nossa preocupação, Srs. Deputados, juntamente com os companheiros eleitos pelo Norte de Minas - onde somamos dez Deputados Estaduais - será decisiva. Não mediremos esforços para que, realmente, possamos integrar a região Norte ao resto do Estado de Minas Gerais.

Aquele povo sofre, passa por dificuldades jamais sonhadas pelas autoridades, em Belo Horizonte. É nosso dever e nossa obrigação, acima de tudo, fazer o possível para que, juntos, possamos realmente mostrar que o Norte de Minas tem hoje uma representação à altura na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Norte de Minas não aceita mais, passivamente, ficar atrás das outras regiões do Estado.

Selecionamos alguns tópicos sobre os quais passaremos a discorrer nesta reunião e em reuniões vindouras. Em primeiro lugar, temos a questão da estrutura viária do Norte de Minas. Dos 55 municípios do Norte, mais de 20 não têm a ligação asfáltica. Mesmo assim, escutamos todos os dias o Governo anunciar a duplicação de estradas. Acredito que, ao lado dessa preocupação - que também é importante, reconhecemos - o Governo tem que ter consciência para cumprir a obrigação de fazer as ligações asfálticas das cidades do Norte de Minas Gerais.

Temos a questão da educação, Srs. Deputados. Existem vários municípios naquela região que não contam com o 2º grau, como é o caso de Matias Cardoso - uma pequena cidade recém-emancipada pelo Governo do Estado e por esta Casa Legislativa. Apesar de ser emancipada, não foi dada a Matias Cardoso, como também a Montezuma e outras cidades, a capacidade de realmente poder desenvolver um bom trabalho e trazer benefício àquela gente.

Temos a questão da saúde. Quero dizer, como médico, que aquela região precisa de um investimento maciço na área de saúde. Crianças ainda morrem do mal-de-sete-dias - o tétano do cordão umbilical. Existem cidades que jamais tiveram um médico morando em seu território; não têm postos de saúde, nem hospitais. É necessário que façamos algo para socorrer milhares e milhares de pessoas da região do Norte de Minas.

Os programas governamentais como a SUDENOR, o Projeto Jaíba, o Programa PROVALE têm sido palco de muita discussão, de muita conversa jogada fora. Mas é necessário, acima de tudo, que o Governo do Estado, na pessoa do Governador Eduardo Azeredo, possa, realmente, assumir a SUDENE, a SUDENOR, pois a região mineira integrante da SUDENE possui o menor Produto Interno Bruto de Minas Gerais e de todos os Estados nordestinos. Em se tratando da SUDENE, ocupamos uma área de 7,3% de todo o Nordeste brasileiro, do qual o Norte de Minas faz parte. Estamos tentando implantar créditos agrícolas para o reflorestamento, pois eles não existem. Já saem das nossas matas, no Norte de Minas, cerca de 600 caminhões de carvão por dia. Não existe mais cerrado. É necessário que o Governo faça um trabalho de reflorestamento, faça um trabalho de atendimento aos pequenos produtores para que recuperemos a mata nativa. Sentimos que não existem incentivos para o Norte de Minas. Existem seis ou sete municípios que possuem as mesmas características climáticas, os mesmos problemas e que encontram dificuldades jamais vistas no Congresso Nacional para serem integrados à área mineira da SUDENE.

Agora, estamos observando a questão do vale do Jequitinhonha, e de público, desta tribuna, hipotecamos o nosso total apoio aos municípios do vale do Jequitinhonha que requerem, com justiça e com direito, poder pertencer à área mineira da SUDENE.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui e faremos desta tribuna uma trincheira em favor do Norte de Minas Gerais. Todas as nossas ações serão direcionadas para que a gente possa, realmente, recuperar o atraso daquela região. É este o nosso propósito, o da Bancada do PL e dos dez Deputados Estaduais votados no Norte de Minas. Com a ajuda de Deus, com a ajuda dos companheiros Deputados, tenho certeza de que vamos, realmente, fazer com que o Norte, efetivamente, se integre ao resto do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa, representantes do Movimento de Luta pela Moradia de Betim que estão presentes nas galerias, este será, hoje, o motivo do requerimento que apresentamos e do uso que estamos fazendo desta tribuna. Vimos aqui, representando os moradores do Município de Betim, apresentar um pedido que busca amenizar as questões habitacionais que afligem não só a população desse município, mas também, de todo o Estado de Minas Gerais. Sabemos que é competência comum da União, dos Estados e dos municípios promover programas de construção de moradia e de melhoria das condições habitacionais, juntamente com o saneamento básico. O problema da moradia, o problema habitacional é um dos grandes problemas que se abate sobre a Nação. Existe, no País, um déficit de 15 milhões de moradias e o fato a que assistimos, nos últimos 30 anos, foi que os recursos que seriam para o financiamento de habitação popular foram desviados para obras sem retorno social, para empréstimos a Prefeituras e Estados que não davam a

destinação devida aos recursos liberados.

Então, neste sentido, estamos aqui, hoje, apresentando requerimentos e trazendo a reivindicação dos moradores de Citrolândia, no Município de Betim, em que solicitam da FHEMIG e do Governo do Estado a regularização de suas posses, porque todo o terreno hoje existente lá em Citrolândia é de propriedade da FHEMIG.

Há, também, uma problemática muito grande, pois, cerca de 20.000m² quadrados que seriam destinados para uma área de expansão habitacional e também para a construção de um distrito industrial, no Município de Betim, no Distrito de Citrolândia; está sendo invadida por terceiros e para uso não habitacional, confirmando uma verdadeira expansão de grilagem urbana.

O Município de Betim tem um déficit de 20 mil habitações. A atual Prefeita, Maria do Carmo Lara, do PT, muito já tem feito na sua administração em favor da política habitacional. Já entregou ao município 1.500 lotes urbanizados, além de promover a retirada de 500 famílias de áreas de risco. Há um movimento crescente de organização dos sem-casa. As duas entidades que representam essa organização têm mais de 7 mil pessoas. Elas estão sempre lutando por moradias no município. Como vemos, há um trabalho da Prefeitura e da organização popular. A Prefeitura assumiu o compromisso com os movimentos pró-moradia de promover toda a infra-estrutura necessária para implantar 300 lotes urbanizados, além de uma área industrial, visando à geração de empregos. A área pretendida localiza-se em Citrolândia. É bom que se esclareça que, no ano passado, a CEMIG já fez contato com a Prefeitura de Betim, através de sua superintendência, solicitando-lhe que fizesse o levantamento da área, para que fossem atendidas as duas reivindicações da população, que seriam a questão da moradia e do distrito industrial.

Infelizmente, na mudança de Governo, o processo foi paralisado. Hoje, estão aqui os moradores de Citrolândia. Eles vão ter uma audiência com o Secretário de Habitação, esperando que sejam retomados os contatos para a efetivação do convênio.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedimos o apoio desta Casa para garantir a esta população moradias e condições dignas para exercerem o direito constitucional que lhes é negado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente gostaria de fazer um agradecimento pela acolhida que tive nesta Casa. Sou um Deputado em primeiro mandato, não conhecia a Assembléia Legislativa, mas tive aqui uma acolhida muito gentil, tanto dos meus companheiros quanto de todos os funcionários. Quero deixar registrado o meu agradecimento, porque isso foi muito importante para o meu início como Deputado.

Mas quero falar, em primeiro lugar, do requerimento feito, na semana passada, pelo Deputado Gilmar Machado, convocando o Secretário da Segurança Pública, Dr. Santos Moreira, para prestar esclarecimentos a esta Casa. O requerimento foi feito em hora oportuna, porque o próprio Secretário tem interesse em aqui comparecer, para prestar esclarecimentos a respeito dos fatos do momento presente, bem como mostrar o que está fazendo à frente da Secretaria da Segurança Pública.

Com relação ao problema mencionado no requerimento, em que o Deputado citou um órgão da imprensa da Capital, quero tranquilizar o Deputado e os companheiros, dizendo que a situação de Belo Horizonte e de Minas Gerais é absolutamente tranquila no aspecto da segurança pública. Esses problemas que ocorreram, essas bombas, foram colocadas por marginais, indivíduos desclassificados. A Polícia está fazendo investigações e, num curto espaço de tempo, esses indivíduos serão apontados à Justiça. Conotações existem de que esses indivíduos poderiam ser da Polícia Civil ou da Polícia Militar, mas fica difícil, assim, à primeira vista, fazer qualquer afirmação, pois em todo segmento social existem os bons e os maus. Felizmente, na Polícia prevalecem os bons, assim como em toda a sociedade. Com relação a um possível desentendimento, um desconforto entre as Polícias, quero esclarecer que tenho mais de 35 anos de experiência, e é evidente que numa corporação como a Polícia Militar, que tem em torno de 50 mil homens, entre os da ativa e os reformados, e a Polícia Civil, entre 12 mil e 13 mil homens, entre ativos e aposentados, de vez em quando pode haver um incidente. Mas, em todas as vezes, que isso aconteceu, foi resolvido da melhor maneira, sempre pensando na sociedade e no povo. E, neste momento, tanto o Secretário da Segurança Pública, Santos Moreira da Silva, quanto o Comandante da Polícia Militar, Cel. Nelson Cordeiro, mantêm entendimento elevado e sério, no sentido de se alcançar uma perfeita sintonia entre as duas administrações. Posso afiançar isto.

A segunda parte do meu discurso é para apresentar o meu caloroso apoio, a minha solidariedade total ao movimento Muda Aeroporto. É um movimento iniciado por moradores do Carlos Prates, pelos Vereadores Rogério Correia e Neusinha Santos, do PT, e por Zazá Schettino, do PTB, que, por sinal, é minha esposa, para que o aeroporto do Carlos Prates seja transformado em área de lazer. Como sabem, por estar situado numa região totalmente habitada, com uma população muito grande, infelizmente, de tempos em tempos, temos notícia de acidentes com perdas preciosas de

vidas humanas. Por isso, está havendo esse movimento Muda Aeroporto. O Vereador Rogério Correia já conseguiu junto à Prefeitura de Betim uma área muito grande para que se construa um novo aeroporto e que seria mais uma escola de pilotagem. Todos devemos apoiar essa iniciativa, que é muito salutar e de alto interesse para Belo Horizonte e também para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde a minha infância e adolescência, vividas nas minhas imorredouras e nostálgicas Muzambinho e Monte Belo, em mim sempre germinou e sempre fermentou a idéia do socialismo democrático. Essa concepção muito tinha a ver com meu pai, hoje ainda lúcido octogenário, um simples ferroviário de formação escolar primária, mas de um intuitivo autodidatismo e de uma intuitiva fé espiritual. Desde criança, ouvi de meu pai que este mundo seria melhor quando nós conseguíssemos unir as virtudes do comunismo com as virtudes do capitalismo. Era até uma perspicácia do meu progenitor, numa época tão distante, de sérios confrontos entre o Ocidente e o Oriente, ter uma visão de futuro que poderia estar profetizando o que aconteceu no mundo de hoje.

Não estou aqui nesta tribuna para dizer que tenho vergonha, que sou traidor, que tenho medo de dizer que sou socialista, porque o socialismo que sempre preguei é comprometido com a liberdade. São teorias que hoje começam a ganhar raízes neste mundo, porque não foi com a queda do muro de Berlim nem com as alterações do Leste europeu que poderemos dizer que capitalismo é o estágio final das aspirações da humanidade. Estaremos firmes no mundo de hoje, cada vez mais de olhos abertos contra a perversidade deste capitalismo explorador. Temos a certeza de que, a partir de agora, o mundo caminhará para aquilo que poderá ser o meio termo entre o socialismo e o capitalismo. Baseado nesta minha fé, procurei deslanchar a minha trajetória de vida - inclusive quando eleito Prefeito de Muzambinho, em 1988, pelo Partido Socialista Brasileiro.

Nunca fui oportunista, porque, se tivesse sido, teria adentrado numa legenda de aluguel, mas mantive-me à esquerda, que é onde quero continuar nesta minha vida pública, porém, sem radicalismo. Quero continuar comprometido com um modelo de vida de cidadão, de profissional e de político. Aqui, nesta Casa, represento solitariamente o Partido Popular Socialista, um partido que tem pouco mais de três anos de existência, oriundo do então Partido Comunista Brasileiro. Quero desfazer, aqui, a idéia propalada pela imprensa de Minas Gerais de que sou um comunista. Nunca fui filiado ao Partido Comunista Brasileiro, nunca fui filiado a nenhum partido de tendências comunistas e, muito menos, a entidades presas a qualquer radicalismo.

Faço essa introdução, primeiramente, para dizer da minha posição ideológica como parlamentar e, em segundo lugar, para agradecer a acolhida que tivemos nesta Casa, tanto da área administrativa quanto dos parlamentares antigos e dos novatos que aqui chegaram, como eu, imbuídos de dar o que melhor pudermos para a vida pública de Minas Gerais e do Brasil.

Nesta ocasião, quero trazer para os colegas um documento da reunião da Executiva Nacional do PPS, reunida este final de semana, em Brasília, quando o PPS se dispôs a participar e a fomentar os debates sobre as reformas da Constituição. Pela extensão do texto, queremos pinçar apenas alguns trechos:

"O PPS e a Reforma Constitucional

O Partido Popular Socialista sempre defendeu as reformas da economia, da sociedade e do Estado. Participou e votou favoravelmente à promulgação da Constituição de 1988 e lutou para viabilizar a malograda revisão constitucional. Coloca-se novamente a favor de mudanças constitucionais até mesmo porque entende ser impostergável uma profunda reforma do Estado brasileiro.

A reforma constitucional justifica-se, entre outros aspectos, pela necessidade de superação da crise atual e de integração competitiva e soberana do Brasil ao mercado mundial que em nosso continente se expressa, principalmente, pela emergência do Mercado Comum do Sul - Mercosul -, cuja tendência é incorporar os demais países da América Latina. Virar as costas ao processo que se desenvolve em escala mundial é condenar o País a não ser parceiro da modernidade em toda a sua dimensão econômica e social no futuro.

A reforma constitucional é um dos momentos mais adequados para consolidar conquistas sociais e afirmar os primados da democracia e da cidadania.

Entendemos que a Constituição não pode ser usada como principal argumento para explicar os problemas nacionais. A atual Constituição, uma das mais avançadas de toda a história republicana, não se constitui em obstáculo real às transformações da estrutura econômico-social brasileira. Se essas não são realizadas, debita-se o erro à falta de vontade política e a um Estado profundamente privatizado e divorciado dos interesses da cidadania. Setores da elite costumam culpar a Constituição pela elevação de alguns custos, particularmente na produção; na verdade os grandes custos para o Brasil são a exclusão e a miséria.

O debate da reforma constitucional não deve ser perturbado pela imprecisão e pouca transparência das informações e dados oficiais, freqüentemente não merecedores de

credibilidade junto à opinião pública. Citamos como exemplo o argumento equivocado de atribuir à folha de pessoal no orçamento da União impacto muito superior ao efetivamente verificado. A discussão da reforma constitucional demanda informações confiáveis e sua completa publicização." Quanto a esse aspecto quero ressaltar que houve, por parte do então Ministro Ciro Gomes, manipulação de dados sobre a questão da balança comercial.

"Sobre os pontos já agendados pelo Governo no tocante à reforma constitucional manifestamos preliminarmente a seguinte posição:

O PPS entende que o capital nacional e capital estrangeiro no processo de internacionalização da economia, acelerado por vários fatores, como o fim da guerra fria e as conquistas tecnológicas, tornou ultrapassados alguns dos atuais dispositivos constitucionais, principalmente aqueles que estabelecem diferenciação entre empresa de capital nacional e empresa de capital estrangeiro. Legislação antitruste e antidumping, medidas protecionistas e garantias de desenvolvimento científico e tecnológico, investimentos em áreas estratégicas, necessários a toda e qualquer política econômica, podem e devem ser adotados.

Monopólios e a questão PETROBRÁS - O Estado brasileiro, que teve papel destacado no desenvolvimento nacional através, inclusive, da constituição de um forte setor produtivo, necessita hoje de mecanismos para assegurar novos padrões de investimento, fortalecendo sua atuação nas áreas de fronteira tecnológica e limitando, ao mesmo tempo, os monopólios estatais e privados. Nesse contexto, defendemos a manutenção do monopólio com forte controle social e institucional e consideramos positiva a decisão do Governo de não propor a privatização da PETROBRÁS.

Telecomunicações - É uma área estratégica para o País, mas o monopólio da União nesse segmento não pode inviabilizar a concorrência de outros investimentos privados ou públicos, principalmente, quando levamos em consideração as carências no atendimento aos serviços demandados pela sociedade brasileira. As telecomunicações, incluídos a concessão de canais de rádio e televisão e o fluxo de dados e informações, estão no centro da questão democrática e da cidadania. São necessárias, portanto, medidas concretas para combater e evitar a formação dos monopólios. A regulamentação dos novos investimentos deve prever a democratização das conquistas tecnológicas, integrando-as a áreas sociais fundamentais como saúde e educação e ao dia-a-dia de todas as regiões brasileiras.

Previdência - A aposentadoria deve ser um direito do cidadão e um dever do Estado. Todo e qualquer cidadão brasileiro, independentemente de recolhimentos, tem direito a aposentadoria de valor não inferior a um salário mínimo e esse princípio não deve sofrer qualquer retrocesso. Defendemos conquistas da Constituição de 1988 como a vinculação de benefícios ao salário mínimo e lutamos pela plena universalização do sistema previdenciário.

Reforma tributária - Deve ter por princípio a primazia dos impostos diretos, com progressividade sobre os impostos indiretos como mecanismo de justiça fiscal e de fortalecimento dos estados e municípios, em um novo pacto federativo.

Estabilidade no serviço público - Um novo estatuto do servidor público, incluindo a estabilidade, deve estar vinculado a um projeto mais global da reforma democrática do Estado, com a sua desprivatização e desburocratização. O Estado precisa ser efetivamente público. A estabilidade deve ser admitida primordialmente nas carreiras definidas como atividades-fins do Estado e estar abalizada por conceitos de eficiência, produtividade e avaliação, também aplicáveis aos servidores não protegidos pela estabilidade, os quais precisarão contar com os mecanismos capazes de impedir a demissão política e arbitrária." Esta é a opinião do nosso partido, porque nós, particularmente, defendemos a estabilidade em todos os níveis.

Sr. Presidente, essas são algumas conclusões extraídas da reunião da Executiva Nacional do nosso partido em Brasília, no último fim de semana. Queremos, inclusive, distribuir uma cópia para a imprensa, para que possamos fomentar o debate sobre as reformas constitucionais anunciadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Sra. Deputada, senhores das galerias, trago hoje a este Plenário um tema que decerto será objeto de acirradas discussões nos próximos meses: a estabilidade do servidor público.

Entretanto, não pretendo abordar o assunto com argumentos doutrinários ou científicos. Trago a este Plenário a informação de fatos concretos que, acredito, nos permitirão avaliar perfeitamente o que acontecerá caso a estabilidade seja abolida.

No Sul do Estado, o Prefeito do Município de Caldas, Sr. Milton Campos de Carvalho, demitiu, de forma arbitrária, dois servidores da Prefeitura, contrariando todo o processo legal que regula a matéria. Os demitidos, ambos da Comissão Provisória do PT, gozam de estabilidade e foram excluídos do serviço público por motivos meramente políticos.

José Bernardes tem 17 anos de serviço, tendo sido estabilizado pela Constituição de 1988. Vanderlei Tomé possui 5 anos de serviço na Prefeitura e é Presidente do

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, gozando de estabilidade provisória.

Após participarem de uma manifestação pública contra o aumento do IPTU em seu município, José Bernardes e Vanderlei foram vítimas de um processo administrativo totalmente irregular e, em seguida, demitidos do serviço público.

A atitude do Prefeito de Caldas nos mostra o que irá acontecer caso o servidor público perca sua estabilidade. O monitoramento ideológico, que durante o regime militar foi imposto pela força das armas, será restaurado, só que pela força da caneta dos Prefeitos, que não hesitarão em demitir servidores públicos que não compartilhem de sua ideologia.

Infelizmente, nem todos os que se aventuram na política estão preparados para tal. Sempre encontraremos os que agem de forma autoritária e ilegal, como o Sr. Milton Campos.

Espero que os demais Deputados que compõem esta Casa estejam sensíveis a esse problema e atuem junto a seus partidos para que a estabilidade seja mantida. Do contrário, estaremos atirando os milhares de servidores públicos de todo o País nas mãos de pessoas inconseqüentes e autoritárias como o Prefeito de Caldas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, companheiros da imprensa e das galerias, desde o dia em que cheguei a esta Casa, estou sentindo que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais está um pouco parada. Temos os companheiros Irani Barbosa, João Batista de Oliveira, João Leite, Wilson Trópia, Raul Lima Neto, Ronaldo Vasconcellos. Esta deveria ser uma Casa muito dinâmica, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acho que o Regimento Interno desta Casa tem que ser revisto, principalmente na atuação do Plenário, porque o Deputado, ocupando esta 1ª parte da reunião por 10 minutos, sem condições de ceder aparte a nenhum dos Deputados, fica muito parado. E, esta é uma Casa de discussões de grandes temas, das grandes discussões do nosso Estado.

Estou sugerindo à Mesa, Sr. Presidente, que reveja esta 1ª parte da Ordem do Dia, do Grande e do Pequeno Expediente, concedendo a cada Deputado, por exemplo, 5 minutos para que use o microfone na parte baixa do Plenário. Hoje, por exemplo, o Deputado que me antecedeu falava que uma Prefeita deu 1.500 casas e temos companheiros Deputados, aqui, que conhecem o problema da região e sabem que, na realidade, não é bem dessa maneira. Amanhã, e só amanhã, 24 horas depois, é que o Deputado vai poder vir aqui e expor seu ponto de vista, Sr. Presidente. Se acontecer um fato agora, na região de qualquer um dos Deputados, V. Exas. não poderão ocupar a tribuna e defender o ponto de vista de cada um. Se, por exemplo, houver um problema em Itaúna agora, como o Deputado Ramalho vai chegar aqui e falar? Se em Betim acontecer um problema político com repercussão e for necessária a opinião da Assembléia Legislativa, como o Deputado Ivair Nogueira vai se pronunciar a respeito do fato?

Aí, entramos no período de votação, em que é discutido o tema dos projetos em pauta. Logo depois, vem o Grande Expediente, em que o Deputado ocupa a tribuna e fala durante uma hora e, quando assusta e olha para baixo, não tem mais nenhum Deputado presente. Então, esta Casa tem que ser mais dinâmica e entramos agora com a expectativa de uma maior discussão dos problemas de Minas Gerais. Quando o Governador Eduardo Azeredo fizer alguma coisa que não agrade à região ou ao eleitorado de algum dos Srs. Deputados, como vamos expor isso aqui, se somente 10 Deputados poderão usar a tribuna na 1ª parte da ordem do dia?

Fica aqui um apelo, Sr. Presidente, para que seja revista esta Ordem do Dia, tornando esta Casa mais dinâmica, pois muitos Deputados novatos ainda estão tentando sentir como vão fazer para falar aqui de cima, porque falar lá de baixo é mais fácil. Estamos aprendendo, gosto muito de aprender e acho que a Casa de onde vim é um exemplo para o País inteiro. Como Presidente da Câmara de Belo Horizonte, como Vice-Presidente da União dos Vereadores, tendo participado de vários congressos e de grandes discussões sobre o assunto municipalista, posso dizer que é hora de a Assembléia Legislativa se atualizar, de mostrar que cada um dos 77 Deputados que aqui estão querem mostrar serviço, para que nas próximas eleições retornem a esta Casa e continuem defendendo o bem-estar do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, estou aqui para abordar um assunto que tem sido manchete nos jornais nesses últimos dois dias. O assunto faz referência ao ex-Deputado João Paulo Pires de Vasconcelos. Ontem, tivemos uma reunião da executiva do partido e queremos externar nossa opinião, visto que várias acusações estão sendo feitas, lamentavelmente, à direção do PT.

Gostaríamos de dizer, em primeiro lugar, do fato de o PT haver definido seu apoio ao atual Governador, Eduardo Azeredo, através de um encontro, quando ficou muito claro que a direção do partido não reivindicava nenhum cargo e que manteria, posteriormente, sua posição de oposição, discutindo todos os projetos, como pretende fazer nesta Casa, ampliando a participação de todos. Na ocasião, tinha apenas o objetivo de impor a derrota à proposta do candidato adversário. Lamentamos que,

depois de tudo conversado, o Governador parta para convites individuais, provocando divergências com a direção do partido. Embora não concordemos com esse procedimento, aqui não faremos retaliações ao Governador Eduardo Azeredo.

Lamentamos também a saída do ex-Deputado João Paulo Pires de Vasconcelos. O projeto do PT é um projeto coletivo, discutido com todos os setores. No partido não há espaço para projetos pessoais, de promoção pessoal. Não faremos nenhuma disputa, como quer o ex-Deputado João Paulo Pires.

O assunto, para a direção do partido, está encerrado, uma vez que foi deliberado pelo diretório estadual, em ampla reunião, que qualquer membro do partido que viesse a participar de cargo de confiança do governo estaria fazendo parte do esquema desse governo. As pessoas que assumissem essas posições automaticamente estariam fora do partido. Assim, louvamos a atitude da ex-Deputada Irma Passoni e do ex-companheiro Francisco Weffort de pedirem o seu desligamento do partido e esperamos que tenha o mesmo ato de grandeza o ex-Deputado João Paulo Pires de Vasconcelos. Muito obrigado.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 22/2/95

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, gostaria de trazer a esta tribuna um assunto já apresentado a esta Casa, ontem, pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior, sobre o Regimento Interno, no que diz respeito ao Pequeno Expediente. Como já havíamos desenvolvido um trabalho por escrito, até mesmo para apresentar à Mesa, sobre modificações do Regimento Interno, gostaríamos de tecer alguns comentários e encaminhar à Mesa a proposta de mudança no que diz respeito ao Pequeno Expediente.

Entendemos, de acordo com a argumentação apresentada ontem pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior, sobre o tempo de duração da fala no Pequeno Expediente e sobre o momento da inscrição, que esta deve ser feita no decorrer da reunião, até porque o que não for dito perde a eficácia, inclusive a eficácia da fala. Acho que todos nós ficamos prejudicados com isso. Estamos apresentando à Mesa essa proposta de resolução, porque acho questionável que somente a Mesa possa modificar o Regimento. Entendo que todo Deputado deveria ter direito de propor mudanças no Regimento. Na minha opinião, tal privilégio não é bom nem para a própria Mesa, quanto mais para o conjunto da Casa.

Outra proposta de resolução que estamos apresentando é sobre a criação da comissão de transporte. Não entendemos por que a Assembléia Legislativa ainda não possui uma comissão de transporte. Nosso Estado é o que possui o maior número de rodovias, com centenas ou mesmo milhares de linhas de ônibus, sistema ferroviário e hidroviário, mas ainda não dispõe de uma comissão de transporte. Assim, estamos apresentando à Mesa uma proposta de mudança do art. 102, com o objetivo de criar a Comissão de Transporte.

Por último, gostaríamos de falar de dois projetos que já estão tramitando na Casa. Um deles dispõe sobre os critérios para implantação de centros profissionalizantes, previstos no art. 224 da Constituição do Estado, que trata das oficinas profissionalizantes para pessoas portadoras de deficiência. Nós, que vimos lutando há muitos anos, encontramos nesta Casa, por ocasião da elaboração da Constituição Estadual, uma acolhida muito grande por parte dos Deputados. No nosso movimento, vimos contempladas várias propostas de cidadania, entre elas a da preparação para o trabalho, ou seja, o exercício da cidadania pelo trabalho. E foram criados, na Constituição do Estado, no art. 224, os centros profissionalizantes, até hoje não implantados. Assim, estamos apresentando um projeto que define critérios para a implantação desses centros, para que as pessoas com dificuldades no mercado formal de trabalho possam receber um preparo profissional por parte do Estado. Esse projeto já está tramitando, e gostaria de, oportunamente, conversar, principalmente, com as Lideranças de bancadas, a fim de obter o apoio das bancadas no sentido de uma tramitação rápida. Estamos propondo a implantação das oficinas a partir das Delegacias Regionais de Ensino. Todo o Estado de Minas Gerais será contemplado com essas oficinas. Existem milhares de portadores de deficiência em Minas Gerais, em condições de trabalho, mas não recebem nenhum apoio do Estado. Sequer são considerados trabalhadores.

O outro projeto, que também considero como de cidadania, dispõe sobre a reserva de vagas nos empregos públicos. Isso está garantido na Constituição, mas até hoje não foi regulamentado. Existe, nas Constituições Federal e Estadual, bem como nas leis orgânicas de vários municípios, a previsão de reservas de vagas, para que os portadores de deficiências possam ter acesso ao trabalho, através de concurso público.

Há três anos, em Minas Gerais, mesmo sem a regulamentação da lei, conseguimos fazer uma negociação, com a participação e ajuda fundamental do Secretário Bonifácio Andrada, que realizou o primeiro concurso, no Estado de Minas Gerais, com reserva de vagas para os trabalhadores portadores de deficiências. Hoje, quase 100 pessoas trabalham no Estado, na área da saúde, graças ao concurso com reserva de vagas. Foi

uma decisão pioneira e pessoal do Secretário Bonifácio, que, mesmo sem haver lei que a regulamentasse, fez valer a Constituição do Estado e reservou essas vagas. Conseguimos isso e é isso que propomos: alterar o processo para que as pessoas que vivem, hoje, precisando de favores do Estado possam se transformar em contribuintes e, portanto, em cidadãos plenos de direitos. Gostaria de registrar, também, que, depois desse concurso convocado pelo Secretário, Minas Gerais nunca mais reservou vagas. Recentemente, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Prefeito Patrus Ananias sancionou lei nesse sentido e a Prefeitura de Belo Horizonte já reservou vagas em concurso, democraticamente, para que as pessoas possam ter acesso ao trabalho. Também as Prefeituras de Contagem e de Betim já adotaram essa prática. Por isso, o Estado de Minas Gerais precisa apresentar uma legislação para sair das palavras e partir para o gesto de cidadania que vai valer mais do que mil palavras. Obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa mineira, particularmente a de Belo Horizonte, vem noticiando, nos últimos dias, com destaque, a situação da violência em Belo Horizonte e em Minas Gerais de modo geral. Particularmente em Belo Horizonte, nos últimos 52 dias, nada menos do que 14 mulheres foram assassinadas. Há uma inquietação geral nos lares belo-horizontinos e mineiros. As causas, passaríamos um tempo muito longo procurando enumerá-las, mas, existem causas mediatas e imediatas nessa onda de crimes cometidos aqui, na Capital. Causas imediatas seriam, por exemplo, a inoperância da aparelhagem policial do Estado de Minas Gerais: não me refiro apenas à falta de preparo suficiente dos homens ligados à área, como também, à falta até mesmo de veículos para locomoção dos policiais. Além dessa inoperância, outras causas imediatas existem. Entre elas, o crescimento desordenado de Belo Horizonte, o inchaço da Capital mineira. Isso é proveniente de quê? Da evasão desordenada do interior. Causa imediata também, que poderia até ser considerada mediata, é a deficiência do sistema penitenciário mineiro. A cadeia, Srs. Deputados, não foi feita para vingar de ninguém; foi feita para que o cidadão que comete um erro ou um crime tenha oportunidade, através da reflexão, isolado, de se recuperar e voltar para o convívio da sociedade da qual foi afastado por imperativo da lei.

Na voz do grande penalista Roberto Lira, a maior escola de criminosos de Minas Gerais é a cadeia. Não há criminoso profissional a não ser depois que passa por uma cadeia, lugar que deveria ser o instrumento de recuperação de criminosos, mas que está sendo, lamentavelmente, uma escola de criminosos. Por causa disso estamos vendo os jornais estamparem crimes terríveis, como esse ritual satânico que liquidou essas duas senhoras, na Rua Traíras, no Carlos Prates. Se não nos unirmos ao grito da imprensa poderemos ver voltarem aqueles seqüestros dos quais até recentemente tínhamos notícias aqui, em Minas Gerais.

É preciso Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Poder faça coro ao protesto que a imprensa vem fazendo contra a violência que impera em Belo Horizonte e também no interior. Crimes, seqüestros, homicídios, estupros, corrupção: tudo isso merece a condenação e a participação intensa deste Poder, para que se faça alguma coisa de objetivo. Alguma coisa como? Por exemplo, que este Poder trabalhe junto ao Congresso Nacional, principalmente agora que se fala tanto em reforma da Constituição, para que se altere o Código Penal Brasileiro. O nosso Código Penal é de 1940 e o Código de Processo Penal é de 1942. O Direito não pode permanecer estático diante da evolução da humanidade. A cidade de Belo Horizonte cresceu muito e, por isso, inúmeros criminosos que deveriam estar na cadeia estão nas ruas e aqueles que estão nas cadeias deveriam estar em cadeias-escolas, para que pudessem ser recuperados. Precisamos batalhar junto ao Congresso Nacional para que se alterem o Código Penal e o sistema de prisão brasileiro para eliminar essa facilidade com que se libera o preso. Às vezes, o policial, a quem tanto culpamos, não tem culpa nenhuma, porque o sistema brasileiro é que está falido. Isso depende do legislador e, dependendo do legislador, não podemos nos omitir, principalmente nesta hora em que a sociedade de Minas Gerais clama pela ação dos parlamentares mineiros, que têm o dever de agir. Como agentes políticos, temos que participar e resolver esse problema, que não é só da polícia. Talvez devêssemos fazer um seminário para debatermos essa situação, e o fórum adequado para um seminário é exatamente o Poder Legislativo. Vamos nos sensibilizar para essa situação e dizer basta para essa onda de violência que assola Belo Horizonte e toda Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria, imprensa, pessoas que nos brindam com suas presenças em nossas galerias. Desejamos apresentar, para apreciação dos nossos colegas, nesse início da 13ª Legislatura, um projeto de lei para reflexão desta Casa. Com esse projeto, por uma questão de justiça, no exercício da cidadania e, principalmente, desejando dar maior segurança às pessoas que utilizam os ônibus que trafegam no interior de Minas Gerais, pretendemos, através de uma lei estadual, tornar obrigatório o uso do cinto de segurança para motoristas e passageiros com mais de sete anos que vierem a utilizar

nossas linhas intermunicipais.

Quero pedir a todos os Deputados para que nos ajudem a levar adiante essa idéia, apresentando sugestões e emendas ao nosso projeto de lei, que tentará dar um tratamento estadual à questão da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança também nos ônibus intermunicipais. A nossa estranheza é que há a obrigatoriedade para os veículos automotores de passeio, mas não há para os ônibus. Essa obrigatoriedade deveria ser estendida aos motoristas e aos 40 ou mais passageiros que utilizam os coletivos intermunicipais.

Por isso, Sr. Presidente, apresentamos a V. Exa. esse projeto de lei, tentando trazer para esta Casa, para as comissões - que deverão ser definidas hoje - e para o Plenário a discussão de um assunto tão importante como a questão da segurança dos que viajam em ônibus pelo interior do nosso Estado.

A cidade de São Paulo avançou nesse aspecto. A cidade de Belo Horizonte já discute a questão. A legislação federal obriga os passageiros dos carros a utilizar o cinto de segurança, mas nós queremos avançar. Queremos uma lei estadual para tratar desta questão, que na nossa avaliação é importante. Acredito que assim agindo daremos mais tranqüilidade e segurança a passageiros e motoristas que viajam pelo interior de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tomamos cuidado para apresentar um projeto de lei que tivesse o caráter da constitucionalidade, da legalidade e da juridicidade. Legislamos em termos de território mineiro. O nosso projeto não será válido para ônibus interestaduais, quando estes ultrapassarem as fronteiras de nosso Estado.

Gostaria de dizer que é de autoria deste Deputado uma lei que proíbe fumar no interior dos ônibus que trafegam no território mineiro. Depois, o ex-Deputado José Maria Pinto apresentou um projeto de lei que foi também transformado em lei e que estende a proibição citada no nosso projeto aos ônibus interestaduais, enquanto estiverem trafegando em nosso Estado.

Quanto a este projeto que apresentamos nesta legislatura, estamos preocupados apenas com os ônibus que trafegam entre duas cidades de nosso Estado, para ter certeza da constitucionalidade da nossa idéia. Tenho convicção de que todos os Deputados ajudarão na tramitação e na aprovação deste projeto de lei que agora entrego à Casa. Vou ler apenas o último parágrafo de nossa justificação. (- Lê:)

"Acreditamos que as medidas a serem viabilizadas pela aprovação deste projeto terão, a um tempo, caráter educativo e preventivo, contribuindo para salvar vidas e para evitar o surgimento de lesões permanentes, de elevado custo pessoal e social". Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, representantes da imprensa, senhoras e senhores. O País vive, hoje, um problema crucial, que é a falta de habitação. Ontem, durante o pronunciamento do Deputado Durval Ângelo, tive oportunidade de constatar que a Prefeita de Betim havia doado 1.500 lotes urbanizados em nossa cidade. Como ex-Prefeito e como Deputado majoritário naquela cidade, agradeço, em primeiro lugar, o posicionamento do colega Deputado Durval Ângelo em também trabalhar em prol da nossa Betim, não somente com relação a esses lotes, como também intervindo junto ao problema de Santa Isabel, da FHEMIG e da doação de terras. É isso aí, Deputado. Acho que, nesta Casa, estamos buscando soluções para os problemas de Minas Gerais e, podendo contar com a ajuda de um colega no município onde sou majoritário, será muito importante. Esperamos poder contar sempre com o auxílio de V. Exa., desejando poder retribuir com relação a Contagem, se Deus quiser.

Deputado, eu não poderia deixar de manifestar essa minha preocupação, porque, como Deputado e como ex-Prefeito, freqüentemente somos indagado sobre essa questão. Participo diretamente do movimento dos sem-casa de Betim, que já realizou várias reuniões. Sei que a busca de soluções para esse problema é muito difícil. Eu, pelo menos, nas reuniões às quais estive presente, não constatei que tais doações tenham, de fato, ocorrido. Tomara que eu esteja enganado e que a Prefeita realmente tenha promovido a doação desses lotes. Mas, se assim ocorreu, não foi de forma clara, de modo que toda a sociedade pudesse ter tomado conhecimento. É exatamente isso que peço a V. Exa.: que nos forneça, se possível, uma relação de todos os beneficiados e do bairro para onde irão os contemplados.

Quando saí da administração municipal de Betim, doei mil lotes na Fazenda Capelinha, provenientes de uma área que a Prefeitura Municipal de Betim comprou, pagou, fez o loteamento, conseguindo implantar ali mil unidades habitacionais. Aliás, fizemos essas doações com a presença do Promotor Público e de representantes de entidades de classe. Procuramos, de certa forma, contemplar pessoas que realmente necessitavam. Aconteceu, algumas vezes, pelas falhas existentes e por não termos todos os elementos necessários, de pessoas contempladas terem, posteriormente, ficado sem os seus lotes. Mas, quando da doação, fizemos questão de mencionar que aqueles que, futuramente, não viessem a necessitar realmente dos lotes os perderiam.

Portanto, Deputado, sei que a Prefeita de Betim tem um projeto, segundo o qual está adquirindo ou já adquiriu da COHAB, recentemente, uma área de terreno no local denominado Bandeirinhas, onde, na verdade, ela pretende implantar o loteamento e, ao lado deste, implantar a expansão do parque industrial de Betim, medida que aplaudimos, porque são duas coisas importantes: a expansão industrial e o benefício àquelas pessoas que não têm sua casa própria.

Na época em que ocupei a Prefeitura Municipal de Betim, tive problemas seriíssimos com algumas pessoas que, hoje, estão ligadas à administração municipal, ocupando a Vice-Prefeitura de Betim, porque, naquela época, a forma de atender os sem-casas era encaminhar o pessoal para a porta da Prefeitura e insuflá-los. Para que não fizessem uma ocupação desordenada - pois penso que este não é o caminho -, tínhamos que buscar soluções junto ao governo municipal, com a parceria dos Governos Estadual e Federal. Não podemos, de maneira alguma, contribuir para que o problema habitacional seja resolvido de forma irregular. Temos que fazer loteamentos regulares, aprová-los junto ao PLAMBEL e doar às pessoas que realmente necessitam.

Quanto ao problema da FHEMIG, quero dizer a V. Exa. que enviei requerimento não só ao Presidente da COHAB, como também ao Governador Eduardo Azeredo, pedindo solução que atenda o povo sofrido de Santa Isabel, onde obtive 92% dos votos válidos da região, e sei como sofre aquele pessoal. Faço aqui uma denúncia quanto ao Diretor da FHEMIG de Santa Isabel na administração passada, que promoveu e contribuiu para que houvesse invasões desordenadas, que foram objeto de denúncias em um semanário municipal, um veículo de comunicação de Betim.

Portanto, Deputado, esse convênio que existe e deu à Prefeitura de Betim o privilégio de iniciar o levantamento foi oriundo de negociações iniciadas no ano de 1992. Esperamos que exista bom senso da parte do Governador Eduardo Azeredo para que designe para a FHEMIG de Santa Isabel uma pessoa competente, que esteja desprendida dessa articulação política e que não venha só perseguir, mas também evitar que ocorra a proliferação desordenada dessas invasões.

Finalizando minhas palavras, quero dizer que participamos, em prol da FIAT Automóveis, dessa luta das montadoras em consequência de medida tomada pelo Governo Federal e que trouxe perdas sensíveis para Minas Gerais. O momento é de reflexão. Minas Gerais perdeu e não podemos ficar calados. Sempre disseram que Minas trabalha em silêncio, mas chegou o momento de Minas dar sua voz, de gritar pelos seus direitos. Com essa reforma constitucional, não podemos, mais uma vez, sofrer derrotas. Por isso, sugiro à Mesa um contato mais permanente com a bancada federal para que estejamos mais próximos dela e saibamos, mais de perto, o que está ocorrendo. Sei que já existe uma comissão, mas a presença de Lideranças desta Casa junto à bancada federal seria muito oportuna e abriria um diálogo muito aberto e saudável. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, imprensa, inicialmente eu gostaria de saudar todos os novos Deputados desta legislatura. Quero dizer-lhes da nossa alegria em tê-los conosco, depois de terem enfrentado, como todos nós, um dos pleitos mais difíceis dos últimos anos. Souberam se impor à consideração de seus eleitores e de suas comunidades e aqui chegaram, portanto, devidamente ungidos pelas urnas, habilitados a executar trabalho importante em benefício das comunidades que representam. Formulo os mais sinceros votos para que possam desempenhar, com muita seriedade, honradez e competência, este mandato outorgado pelo povo, honrando as venerandas tradições do glorioso Estado de Minas Gerais.

Meus senhores, em outra oportunidade, estivemos nesta tribuna prestando homenagem às Refinações de Milho Brasil, pertencente ao grupo CPC Internacional, mais conhecida dos brasileiros como a produtora da maionese Hellmann's, do óleo Mazola, dos caldos Knorr, entre outros produtos. Sua principal unidade localiza-se no Sul de Minas, na cidade de Pouso Alegre. Mas a razão deste pronunciamento é também motivo de orgulho para todo o Brasil.

Naquela ocasião, as Refinações de Milho Brasil comemoravam um recorde mundial, destacando-se a unidade mineira entre todas as outras 57 indústrias do grupo, localizadas em todo o mundo: a empresa alcançou a marca de 3 milhões de homens/hora de trabalho sem acidentes que resultassem em afastamento de operário. Este recorde em segurança no trabalho projetou não apenas a diretoria na unidade brasileira mas também foi considerado evidência incontestável da alta capacidade de treinamento do operário nacional que, comparado aos seus pares de todo o mundo, obteve o melhor rendimento.

Novamente nesta tribuna, homenageamos a mesma indústria, em primeiro lugar, pela comemoração, no próximo dia 23, de seu 20º aniversário de instalação em Pouso Alegre. Além dessa data auspiciosa, devemos registrar um novo e impressionante recorde, ainda mais expressivo que o anteriormente mencionado: a marca de 4 milhões de homens/hora trabalhadas sem acidentes com afastamento, a ampliação em 1 milhão de horas sem acidentes não representa apenas um marco sem precedentes, entre as 57 unidades do

grupo CPC mas significa a superação de todas as marcas obtidas nesse item de segurança do trabalho, em todo o mundo, considerando todas as indústrias do planeta dedicadas ao mesmo ramo de atividades. Este fato, em si, dispensa quaisquer adjetivos. Resta-nos parabenizar a unidade industrial mineira e seu valoroso corpo de trabalhadores.

No entanto, seria empobrecer uma realização de tal envergadura se mencionássemos, apenas, números e estatísticas. Evidentemente, um conjunto de fatores contribuiu para este feito, conjunto este encabeçado pelos principais responsáveis pela vitória: trabalhadores e empresários. É dentro dessa perspectiva que gostaria de concluir esta pequena homenagem.

Não se chega a tantos milhões de horas de trabalho sem acidentes se uma série de medidas não forem perpetradas. Medidas de ordem administrativa, fundadas muitas vezes em imperativos legais, são imprescindíveis. Mas muitas vezes esquecemos que o desenvolvimento e a implementação destas mesmas medidas devem-se a uma luta política de anos a fio em busca das conquistas que possibilitaram aos trabalhadores condições de trabalho e de sobrevivência cujo resultado podemos agora apreciar. Neste particular, o trabalhismo sempre se bateu pelo que hoje é considerado o melhor caminho: a convivência pacífica entre os interesses do capital e do trabalho, buscando o desenvolvimento comum, tentando a institucionalização dos direitos trabalhistas e evitando a ruptura da ordem social.

Nossa mensagem é muito simples. Tanto a derrocada dos regimes totalitários de orientação socialista quanto a superação das teses do capitalismo selvagem indicam como solução o caminho do meio. Devemos dizer não à exploração do trabalho, negando com a mesma veemência as teses que propugnam o fim da livre iniciativa. A cooperação entre trabalhadores e empresários é sinal de amadurecimento. Os novos tempos exigem a transparência e a participação dos trabalhadores na condução dos negócios, assim como estes devem lograr maior responsabilidade e dedicação, de modo que ambas as partes possam assumir os ônus e os bônus da iniciativa privada.

Neste momento, no alvorecer de um novo governo, cuja palavra de ordem são as tão necessárias reformas estruturais, devem prevalecer a boa vontade, a cordialidade e o respeito mútuo. Foi este o espírito que conduziu essa indústria, composta por trabalhadores mineiros, a obter os maiores recordes mundiais. Que isto nos sirva de lição quando formos discutir os rumos da nova reforma constitucional."

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais componentes da Mesa, companheiros da galeria que nos visitam hoje, ocupo esta tribuna, para encaminhar ao Dr. Eduardo Azeredo um pedido para que o DER-MG, através do Dr. Mauro Vasconcelos, tome medidas para tentar sanar o problema da greve dos rodoviários, que se expandiu também para a região metropolitana. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte é a responsável pelo transporte na Capital, mas, é o DER-MG o órgão que fiscaliza esse setor na região metropolitana.

Hoje, a população sofre por causa dessa greve. Está na hora de o Governador Eduardo Azeredo solicitar ao Dr. Mauro que tente resolver este problema que aflige todos os moradores da nossa região.

Quero congratular-me com o companheiro João Batista de Oliveira que nos alertou para a necessidade de reforma do nosso Regimento Interno e, também, lembrou como é importante esta Casa ter uma Comissão de Transportes.

Estarei, brevemente, apresentando um projeto instituindo passe para aqueles estudantes que moram em Belo Horizonte, estudam em outras cidades e não têm condições de arcar com mais esse ônus decorrente de despesas com transporte. Minha assessoria já está acabando de acertar esse projeto para ser apresentado a esta Casa.

Quando aqui cheguei, disse que estava aprendendo e hoje aprendi muito com o Deputado Bonifácio Mourão, que conhece o problema de Belo Horizonte. O Deputado Ivair Nogueira abordou o problema dos sem-casa de Betim. Acho que não deveríamos dar essas casas, mas deveríamos, sim, ter condições de subsidiar essas moradias. Poderíamos cobrar 10% ou 20% do salário-mínimo.

Há oito anos, o Ministro Aníbal Teixeira deu 52 mil casas em Belo Horizonte, nos Bairros Vilarinho e Taquaril e em outros locais. Acho que o Governo não tem que dar nada para ninguém. Muitas coisas poderiam ser feitas com o dinheiro dessas casas e, certamente, teríamos hoje mais 8 mil casas construídas com a renda dessas que foram doadas. Como eu dizia na Câmara Municipal, digo também agora: não temos de dar nada; temos de dar condições para as pessoas comprarem.

Mas, quando foi abordado aqui o problema da Prefeitura de Betim, pensei que o nobre Deputado Ivair Nogueira fosse falar sobre os acontecimentos que a imprensa divulgou. Um deles, certamente, foi o que a militância do PT fez dentro da Prefeitura, no gabinete da Prefeita. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, quero registrar o nosso apoio ao requerimento do Deputado Ronaldo Vasconcelos e, aproveitando a oportunidade, quero fazer um registro sobre a intervenção de dois colegas durante o Pequeno Expediente.

Inicialmente, quero registrar a palavra do Deputado Ivair Nogueira a respeito do

assunto abordado ontem. Ele o fez de forma respeitosa e democrática, demonstrando grandeza na sua intervenção. Temos que respeitá-la, mesmo discordando dos dados por ele apresentados.

O segundo registro que quero fazer é a respeito da intervenção do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que usou determinadas expressões que, nos seis anos de atuação como Vereador à Câmara Municipal de Contagem, jamais vimos registradas. Acho que essas expressões seriam muito próprias em outros ambientes, mas não aqui, no Poder Legislativo. Como diz a Psicologia, as pessoas falam aquilo que carregam no seu inconsciente ou que carregam no seu coração, o que têm reprimido ou o que praticam.

A propósito, gostaria de relatar um fato acontecido no final do ano passado, em Betim, numa festa de servidores municipais - não uma festa da militância petista. Nessa festa houve alguns excessos, e não havia sido pedida filiação partidária dos servidores de carreira para estarem presentes a ela. A Prefeitura determinou a apuração do acontecido, com o afastamento de todos os possíveis envolvidos. Entendemos ser correta esta postura que a Prefeita Municipal de Betim tomou.

Gostaria de dizer mais: se a questão fosse fazer generalizações, em intervenções desrespeitosas e irresponsáveis, poderíamos dizer, em relação ao partido-irmão, o PDT - com o qual estamos tendo grande proximidade no nível nacional, na questão da reforma constitucional, o que engrandece a democracia e até a causa dos trabalhadores e do próprio Brasil -, que o 4º-Secretário do Senado, Sr. Ernandes Amorim está envolvido em tráfico de drogas e com mais de 20 processos, e daí generalizarmos a questão para todo o PDT.

Entendemos que esta é uma atitude desrespeitosa: mencionar a prática de um Senador que ocupa cargo importante para atingir um partido co-irmão. Não pode ocorrer isso em hipótese nenhuma.

Acho que nosso Líder encaminhou pedido de retirada daquelas palavras dos anais da Casa. Acho que a Mesa, para manter um bom termo no debate - pois temos que discordar no campo das idéias, de sermos exaustivos nessa discordância - deveria tomar outras providências e encaminhar essas questões à Corregedoria, pois o Deputado tem que ter, antes de tudo, postura e compostura em função dos eleitores que o elegem. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 23/2/95

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, neste momento, em que praticamente se iniciam os trabalhos desta Legislatura, sinto-me imbuído de grande entusiasmo diante da oportunidade de poder representar os mais legítimos interesses do povo mineiro.

Subo pela primeira vez à tribuna para me dirigir aos nobres colegas no intuito de elogiar a forma democrática que tem caracterizado toda a vida política do Governador Eduardo Azeredo.

Lembro-me bem da ocasião em que, eleito Vereador em Belo Horizonte, fui convidado pelo Prefeito Patrus Ananias para participar de seu Governo, ocupando o cargo de Secretário Municipal de Esportes. Consultei então a executiva do PSDB, na pessoa do atual Governador Eduardo Azeredo. Na oportunidade, lembro-me bem, ele ressaltou que o partido não participaria daquela administração, mas que acreditava na grande contribuição que eu poderia dar à cidade de Belo Horizonte, liberando-me e estimulando-me portanto a assumir aquela função. Com grande discernimento, em momento algum chegou a condenar o Prefeito Patrus Ananias por uma suposta tentativa de dividir o partido.

Creio ter tomado uma decisão acertada, já que pude encontrar campo fértil para desenvolver projetos fortemente compatíveis com a experiência profissional adquirida ao longo de muitos anos no esporte.

Assim, principalmente a população carente de Belo Horizonte pôde ter acesso a uma série de iniciativas que promoviam a saúde, o lazer e a integração social, como o time dos meninos de rua, o Projeto Dente de Leite - que tem levado as técnicas e a organização do futebol às crianças da periferia, além de construir inúmeros campos de futebol e abrir vários outros espaços para a prática do esporte.

Hoje, o Governador demonstra novamente seu caráter democrático ao convidar o ex-Deputado Federal João Paulo Pires Vasconcelos para assumir a Assessoria de Assuntos Sindicais de seu Governo valorizando, acima dos interesses partidários, a contribuição profissional que ele pode dar ao Estado. Ao mesmo tempo, o senhor Governador demonstra, com esse convite, a importância que dá à organização sindical, já que o ex-Deputado teve toda uma vida dedicada a essa causa.

Gostaria ainda de aproveitar a oportunidade para agradecer a gentileza com que fui recebido pelos nobres colegas e pelos prestativos e competentes funcionários desta egrégia Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado de Minas Gerais, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, representantes da imprensa, senhores presentes no auditório, voltamos hoje à tribuna para discorrer sobre dois assuntos extremamente importantes. Um deles diz respeito à Comissão de Saúde desta Casa. Efetuamos a sua primeira reunião hoje. A comissão está composta pelos Deputados Jorge Hannas, Marco Régis, Luiz Antônio Zanto e por mim, que fui distinguido pelos colegas com o cargo de Presidente.

Assumimos essa Presidência com o pensamento único de promover um trabalho sério, profícuo e diferente. Além das nossas obrigações regimentais, queremos abrir a Comissão de Saúde, para que a população tenha acesso aos projetos em debate e, principalmente, queremos promover um amplo debate para dissecarmos o sistema de saúde do Estado de Minas Gerais. Já tomamos a iniciativa, Srs. Deputados, de fazer um levantamento de toda a matéria existente nesta Casa sobre a saúde em nosso Estado. É importante, também, que tenhamos um contato com os órgãos prestadores de serviços à população mineira e com os usuários, as pessoas que são, realmente, a razão desse trabalho e que se encontram em situação de absoluta dificuldade neste nosso Estado.

O Congresso Nacional já promove uma revisão de todo um sistema de saúde nacional, e acredito que Minas Gerais não pode ficar para trás, principalmente quando se trata de um assunto de tamanha envergadura e importância.

Queremos, ainda este ano, promover um amplo debate, uma integração absoluta da sociedade mineira com a Assembléia Legislativa, com a Secretaria de Estado da Saúde e com outros órgãos do Estado prestadores de serviços à nossa população.

Gostaríamos, também, Sr. Presidente, nesta tarde, de discorrer a respeito de um documento importante, elaborado pela Fundação João Pinheiro e intitulado "Fórum da Região Norte de Minas - Agenda 2.000". A elaboração desse documento contou com a participação popular, com levantamento, de forma criteriosa, da situação da agricultura, pecuária, agroindústria, indústria de transformação, turismo, cultura e imprensa, do quadro institucional da região Norte de Minas, sua infra-estrutura econômica, de saúde, educação, assistência social e segurança.

Com base nesse documento, vamos sugerir à Fundação João Pinheiro que também faça um levantamento no tocante ao setor de saúde das macrorregiões do Estado de Minas Gerais, para que possamos identificar os pontos críticos e as dificuldades por que passa a população do nosso Estado. Não queremos apenas identificar dificuldades mas também propor soluções.

Esse é um documento importante, amplo, vasto, com base no qual fizemos vários contatos com os Deputados da região norte-mineira que têm assento nesta Casa e pudemos identificar que a principal preocupação, hoje, naquela região, é a manutenção do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Todos nós sabemos que o Congresso brasileiro, ao promover uma nova estrutura política e tributária, mostrou-se propenso a acabar com o IPI e o ICMS, principais mantenedores do FNE.

Tomamos a liberdade de colher assinaturas dos Deputados regionais para apoio a esse requerimento, que será apreciado, hoje, na Casa. Juntos, tentaremos fazer chegar nosso apelo à Bancada Federal de Minas Gerais e, principalmente, aos Deputados votados no Norte de Minas, mostrando-lhes a importância da manutenção do FNE.

O documento a que me referi tem o seguinte teor: "O Deputado que este subscreve, requer a V. Exa., na forma regimental, que seja enviado ofício ao Congresso Nacional, manifestando-se a preocupação desta Casa Legislativa com a preservação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

É necessário que parcela do nosso imposto que substituirá o IPI e o ICMS seja destinada à manutenção do FNE, que tem no IPI uma de suas principais fontes.

Preservar o FNE é contribuir para diminuir-se as disparidades regionais brasileiras, tarefa constitucional prioritária.

A fim de mais rapidamente se atingir esse objetivo constitucional, que, em última instância, objetiva a justiça social, entendemos ser oportuno, na revisão do processo tributário nacional, aumentarem-se os recursos que compõem o Fundo.

Assim sendo, solicitamos que o Congresso Nacional tenha essa preocupação para a concretização desse intento."

Trata-se de um documento que tem, realmente, vasta extensão, principalmente no que diz respeito à área mineira do Nordeste. Dessa forma, Sr. Presidente, enviaremos esse ofício, por intermédio desta Assembléia, e manteremos contato com todos os Deputados Federais de Minas Gerais.

Não podemos permitir que o FNE, que, praticamente, mantém a SUDENE, seus projetos e programas sociais, possa sofrer um processo de interrupção no Congresso Nacional.

Peço aos companheiros Deputados que nos ajudem nesse propósito porque, sem dúvida alguma, estaremos ajudando o povo humilde, simples e pobre do Norte de Minas, que ainda não perdeu a esperança nesta Casa Legislativa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, estou apresentando um requerimento para dar o nome do ex-Deputado Federal Pedro de

Tassis ao contorno Rodoviário do Município de Governador Valadares, no trecho que faz a ligação entre a BR-381 e BR-259, naquele município, pelos fundamentos que passo a ler:

"O anel rodoviário que circunda a cidade de Governador Valadares sempre foi um sonho e um reclamo de todos os valadarenses. Para conseguir tal obra, todos os políticos daquela região se empenharam, mas ninguém mais valoroso e incansável que o Deputado Federal Pedro de Tassis.

Filho de tradicional família, Pedro Iwadir de Tassis nasceu em 6/5/38, na cidade de Castelo ES. Seu pai, Ivo de Tassis, filho de descendentes austríacos, em 30/1/38, aportou no novo eldorado, que se anunciava ser a próspera Figueira, lugar promissor para quem desejava criar sua família, fazer sucesso e ser próspero como o lugar.

Em setembro daquele mesmo ano, trouxe a família, já composta por D. Josefina Perim Tassis e os filhos Ismael, Ivete e Pedro, tendo, até sua morte, em 13/3/74, vivido em Governador Valadares, como marceneiro, onde criou sua família, aí já acrescida dos filhos Ivan, Ivanor, Ivaldo, Ivolmar, Itamar, Ildemar, Ivana e Ivo. Morto, o comando da família passou à brava D. Josefina, quando despontou o filho Pedro como líder político e empresário de sucesso. Casou-se em 5/10/63, com Magda Maraslis, com quem teve três filhos. Desde os 20 anos, iniciou novo ciclo de vida, dedicando-se de corpo e alma à política. Candidato a Vereador pelo PSP, de Ademar de Barros, conseguiu se eleger com a segunda votação mais expressiva na época, em 1962. O então mais jovem Vereador valadarense acumulou 11% dos votos válidos nas 230 urnas da cidade, perdendo apenas para outro grande valadarense, o então Vereador Raimundo Rezende. Valadarense apaixonado, tentou por duas vezes a eleição para Prefeito, conseguindo em ambas boa votação. Eleito Deputado Federal, cumpria seu primeiro mandato.

Como empresário, sempre acreditou no potencial de Valadares, tendo como referencial dois grandes empreendimentos: em 1968, construiu o Hotel Realminas, o mais moderno do interior do Estado, inaugurado pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que foi à cidade especialmente para cortar a fita de sua inauguração; o segundo grande empreendimento foi a construção do terminal rodoviário, também inaugurado especialmente por políticos de peso que ali aportaram exclusivamente para a inauguração, da obra, em 1970, Tancredo Neves e Renato Azeredo, pai do atual Governador de Minas, ambos do MDB, partido ao qual se filiaria Pedro de Tassis. Graças à rodoviária nova, o fluxo turístico da cidade foi aumentado, passando de 20 mil para 60 mil embarques/mês, nova fonte de arrecadação de impostos e geração de empregos.

Como Deputado Federal, eleito pelo PMDB com mais de 28 mil votos, Pedro de Tassis teve sua atuação sempre voltada para a região que nele confiou: sempre brincava que fora eleito pelo voto distrital - só da Região Leste. Desta forma, batalhou pela sua região, conseguindo, como relator da Comissão Mista do Orçamento no Congresso Nacional destinar para o Vale do Rio Doce um montante de US\$110.000.000,00 - para as estradas da região.

Foi nessa comissão, à qual dizia ter tido acesso com o fruto de muito trabalho anterior, que começou a desenvolver o projeto de implantação do anel rodoviário - testemunho do trabalho de um Deputado dedicado à sua gente -, o que, completando a infra-estrutura rodoviária da região, elimina pontos críticos de tráfego de veículos pesados, interligando as Rodovias BR-381 e BR-259.

Ao final de 1993, procurando um médico, por causa de complicações de saúde, teve um diagnóstico macabro. Entretanto, como na política, na vida, o sonho não se acaba. Pedro de Tassis resolveu apostar na tecnologia, nos avanços da ciência e medicina e, após um tratamento obstinado, teve a sensação de encontrar-se totalmente curado, o que o levou a novamente enfrentar as urnas: lançou-se candidato à reeleição. Entretanto, o guerreiro foi vencido pela morte aos 19 de janeiro próximo passado.

Por tudo que representou para Governador Valadares, Pedro de Tassis merece ser lembrado também pelo poder público, razão pela qual aguardo de meus nobres pares a aprovação deste requerimento, que pretende dar o seu nome ao anel rodoviário de Governador Valadares."

Gostaria de fazer uma observação a esta Casa: o Deputado Pedro de Tassis, recentemente falecido, era meu adversário político em Governador Valadares. Eu sempre fazia dobradinha com o atual 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Meirim, de quem tive a honra de ser Vice-Prefeito. Mas não é pela diversidade política que deixamos de reconhecer os méritos do grande político e grande cidadão que foi aquele Deputado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, a respeito do requerimento, já tivemos oportunidade de discorrer. Gostaria de pedir à Presidência que acrescentasse ao requerimento um ofício do mesmo teor, para que também fosse enviado ao Sr. Presidente da República em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores das galerias, somos a favor da derrubada do veto a este projeto, que foi aprovado nesta Assembléia e que recebeu o veto do Sr. Governador do Estado. Portanto, nosso voto será no sentido da derrubada do veto.

Mas o que nos traz a esta tribuna é o nosso interesse em apresentar o requerimento que passo a ler: " Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Deputado que este subscreve requer a V. Exa. a aplicação imediata das penalidades previstas pelo art. 60 do Regimento Interno ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, em virtude de seu pronunciamento, proferido na reunião ordinária do dia 22/2/95, na qual, de forma ofensiva e inadequada, infringiu preceitos constitucionais (art. 5º, X, C. F.) e regimentais, ofendendo a prática parlamentar e a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é claro que o nosso requerimento tem como objetivo que o Deputado que se excedeu em seus comentários e palavras seja punido. Mas, muito mais que uma punição, o que nos interessa é que haja uma prevenção. Infelizmente, o Poder Legislativo, em nosso País, tem sido um saco de pancadas, recebidas de todos os lados. É sobre o Poder Legislativo que são descarregadas todas as iras e descontentamentos da sociedade com o Governo. Nós, como parlamentares, temos de zelar pelo Poder Legislativo. Temos de buscar respeito para esta Casa e esta instituição, onde temos de atuar. O respeito não é ganho gratuitamente. Respeito não é dado; é adquirido. E somos nós que temos de buscar este respeito. Devemos ter respeito entre nós e ter o respeito da sociedade.

Ora, quando um Deputado usa a tribuna parlamentar para, de maneira grosseira e com palavras de baixo calão, atacar o Governo ou a administração de uma cidade, ele está faltando ao respeito a si próprio e aos seus pares. Não estou aqui apenas para defender a Prefeita de Betim porque ela é de nosso partido, o PT.

É nossa obrigação fazer isso por qualquer pessoa agredida, seja ela de que partido for. Deputados, companheiros desta Casa, já abordaram o assunto e o fizeram de maneira correta e clara. Alguns até tomaram a defesa da Prefeita de Betim, que não pode ser responsabilizada por algum excesso que tenha sido cometido numa festa de fim de ano. O que nos parece estranho é um Deputado vir à tribuna descarregar as suas mágoas e desencontros em alguém, porque ele precisa criticar e falar. Vamos - como já foi dito, aqui, pela manhã - para o campo das idéias, e não para as questões pessoais. Vamos conquistar o respeito que merecem esta Casa e os nossos pares. E cada um de nós tem que conquistar esse respeito. Muito obrigada.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES

Discurso Proferido em 24/2/95

O Deputado Sebastião Helvécio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que nos traz à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, 24/2/95, é fazer uma saudação especial ao jornal "Hoje em Dia".

O jornal "Hoje em Dia" comemora hoje seu 7º ano de atividade na imprensa mineira. Ao longo desse período, pela seriedade editorial, imparcialidade e principalmente pelo seu compromisso com a sociedade mineira, vem ganhando simpatia e é hoje, sem sombra de dúvida, um ponto de referência para todos nós que militamos em Minas Gerais.

Queremos, neste momento, fazer uma saudação à diretoria do jornal "Hoje em Dia", ao seu Diretor-Presidente, Reinaldo Tito, e, de modo muito especial, ao Carlos Lindemberg, jornalista que conhecemos nesta Casa por sua militância e que atualmente ocupa o cargo de Diretor de Redação desse jornal.

Queremos registrar a nossa homenagem ao "Hoje em Dia", que chega ao seu 7º aniversário com uma circulação de 37.500 exemplares, com perspectivas de atingir, até dezembro de 1995, a tiragem de 70.000 exemplares.

Este é o registro que fazemos ao comemorarmos o 7º aniversário do jornal "Hoje em Dia". Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/3/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação

da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.131, 1.137, 1.141, 1.158 e 1.167, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Rosa Maria Ferreira Mota do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Simão Pedro Toledo;

exonerando Júnia Palhares Dias do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Bilac Pinto;

nomeando Mauro José Reis para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

nomeando Paulo César Nogueira de Carvalho para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Bilac Pinto;

nomeando Beone Bragas Barrack Rocha para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Bilac Pinto;

nomeando Paulo da Silva Guimarães Neto para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Murta;

nomeando Carmelita Moura Fonseca para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Jairo Ataíde;

nomeando Tércio de Melo Bernardes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Paulo Piau.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, a partir de 6/2/95, a servidora Aliete Ione de Moraes Ramos, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Dentista, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 31/1/95, a servidora Elizabeth Maria Lages Murta, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 7/2/95, a servidora Izabel de Araújo Mendes, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 6/2/95, a servidora Dione Moreira de Oliveira, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Maria do Carmo Duarte Quintão, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 9/2/95, a servidora Luzia Drumond de Andrade Machado, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 7/2/95, a servidora Maria Dulce de Paula, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 19/10/94, a servidora Judith Rodrigues da Costa, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Maria Helena de Oliveira Resende, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 6/2/95, a servidora Dilma de Souza, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Consultor, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 2/2/95, a servidora Maria Cristina Agostinho de Andrade, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, o servidor Adão Braga, Técnico de Apoio

às Atividades da Secretaria-Dentista, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria; aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Rosângela Brugnara Poni, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, e 5.132, de 1º/6/93, o Parecer nº 2.524/91, da Procuradoria-Geral da Casa e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso I do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Maria do Rosário Macedo Narciso, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Jane Magda Villefort Grossi, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, e 5.132, de 1º/6/93, o Parecer nº 2.524/91, da Procuradoria-Geral da Casa e tendo em vista o disposto na alínea "d" do inciso I do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 1º/2/95, a servidora Alcínia Zóica Fortini Toscano, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Escrevente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria.

ERRATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 18/2/95, na pág. 26, col. 1, no título, onde se lê:

"1ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA".

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 23/2/95, na pág. 46, col. 1, no título, onde se lê:

"4ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA".

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 24/2/95, na pág. 29, col. 1, no título, onde se lê:

"5ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA".

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 25/2/95, na pág. 36, col. 1, no título, onde se lê:

"6ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA".

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE MARÇO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 4/3/95, na pág. 28, col. 1, no título, onde se lê:

"8ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA".

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1995

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 21/2/95, na pág. 24, col.

1, no título, onde se lê:

"2ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES".

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1995**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 22/2/95, na pág. 22, col. 1, no título, onde se lê:

"3ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES".

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1995**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 3/3/95, na pág. 34, col. 1, no título, onde se lê:

"7ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES".

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1995**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 23/2/95, na pág. 46, col. 3, sob o título "REQUERIMENTOS", suprimam-se a numeração e o despacho do requerimento apresentado pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Fica alterado o título em epígrafe, publicado na edição de 24/2/95, pág. 30, col. 3, para 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Fica alterado o título em epígrafe, publicado na edição de 25/2/95, pág. 37, col. 1, para 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES.
